



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL  
PRIMEIRA PROCURADORIA**

**PROCESSO Nº 00600-00009569/2022-86**

**PARECER Nº 455/2023 - G1P/DA**

**EMENTA:** Representação nº 7/2022-G3P, com pedido de medida cautelar, oferecida pelo Ministério Público de Contas do DF. Possíveis irregularidades na condução dos processos seletivos para provimento dos cargos de Agente e de Escrivão de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, promovido pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe. Decisão nº 4146/2022. Determinação à PCDF e ao Cebraspe para apresentação de esclarecimentos. Decisão nº 5184/2022. Conhecimento de documentação e de pedidos efetuados por interessado e pela OAB/DF. Reiteração à PCDF no sentido do cumprimento da Decisão nº 4146/2022, com alerta de possível aplicação de sanção, em caso de descumprimento. Deferimento da cautelar para determinar à PCDF e ao Cebraspe que, nas seleções em curso para os cargos de Agente e de Escrivão de Polícia, procedam à reintegração de todos os candidatos habilitados a concorrer nas vagas reservadas para pessoas com deficiência na avaliação biopsicossocial que houverem sido desclassificados na avaliação médica, para que participem das etapas seguintes do concurso, até o exame de mérito da representação em exame. Alerta no sentido de que o descumprimento de deliberação desta Corte de Contas poderá ensejar a imputação de sanção, nos termos do art. 57, IV, da Lei Complementar nº 1/1994. Decisão nº 490/2023. Conhecimento do Recurso Inominado interposto pelo Cebraspe, em face do inciso III da Decisão nº 5184/22, sem efeito suspensivo, a teor do que prevê o § 8º do art. 277 do RI/TCDF. Nesta fase: Análise do mérito recursal. NUREC pelo improvimento do Recurso e manutenção das medidas determinadas. Parecer convergente do Ministério Público de Contas do DF.

1. Versam os autos sobre o exame da Representação nº 07/2022-G3P (Peça 9), com pedido de cautelar, oferecida pelo Ministério Público de Contas do DF - MPC/DF, com o intuito de apurar possíveis irregularidades na condução do processo seletivo para provimento de cargos de Agente de Polícia e de Escrivão de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, promovido pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe, regidos pelo Edital nº 1 – PCDF – Agente, de 30 de junho de 2020, e pelo Edital nº 1 – PCDF – Escrivão, de 3 de dezembro de 2019, respectivamente.

2. A referida Representação foi conhecida pelo Tribunal por meio da Decisão nº 4.146/2022 (Peça 19), oportunidade em que foi determinada à PCDF e ao Cebraspe a apresentação dos esclarecimentos que se fizessem necessários e, adiante, pela Decisão nº 5.184/2022 (Peça 53), a Corte de Contas, entre outras medidas, ao tomar conhecimento de documentação juntada ao feito, reiterou à PCDF a necessidade de cumprimento do “disposto na Decisão nº 4146/2022, no sentido de apresentar os esclarecimentos

R



MPCDF

Proc.:  
9569/22-86

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*pertinentes quanto ao teor da representação em exame, alertando-a de que o descumprimento de deliberação desta Corte de Contas poderá ensejar a imputação de sanção, nos termos do art. 57, IV, da LC nº 1/1994”, e deferiu “medida cautelar para determinar à PCDF e ao Cebraspe que, nas seleções em curso para os cargos de Agente e de Escrivão de Polícia, procedam, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, à reintegração de todos os candidatos habilitados a concorrer nas vagas reservadas para pessoas com deficiência na avaliação biopsicossocial que houverem sido desclassificados na avaliação médica, para que participem das etapas seguintes do concurso, até o exame de mérito da representação em exame”.*

3. Irresignado, o Cebraspe interpôs Recurso Inominado (peças 62/67) em face do item III da Decisão 5.184/2022, desprovido de efeito suspensivo, a teor do que prevê o § 8º do art. 277 do RI/TCDF.

4. Desta feita, o Núcleo de Recursos do TCDF - NUREC (Peça 76) apresentou, de plano, as alegações do Recorrente, nos seguintes termos:

**Recurso Inominado interposto pelo Cebraspe (Peças 62/67)**

5. O Recorrente informa que “a seleção para os referidos cargos, além das provas escritas de conhecimento, compreende a fase de exames biométricos e avaliação médica, de caráter eliminatório em ambos os certames”, e que, “conforme expresso nos editais dos dois concursos, das vagas destinadas aos cargos oferecidos e das que vierem a ser criadas durante o prazo de validade dos concursos, 5% serão providas na forma do § 2º do artigo 5º da Lei nº 8.112/1990, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, e suas alterações”.

6. Nesse ponto, “quanto à participação dos candidatos com deficiência, o edital de cada um dos certames foi expresso, no sentido de que eles participariam do certame em igualdade de condições com os demais candidatos, em especial quanto aos critérios de aprovação e as demais normas de regência do concurso”.

7. Desse modo, “todos os candidatos do concurso foram submetidos, em igualdade de condições à avaliação médica, com o objetivo de verificar as condições de saúde para o desempenho dos cargos”, e “de acordo ainda com os seus editais regedores, os candidatos que declararam ser pessoa com deficiência deveriam ser submetidos à avaliação biopsicossocial, para a verificação da qualificação do candidato como pessoa com deficiência nos termos legais”.

8. Então, “nos termos dos editais de abertura dos referidos certames, os candidatos com inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência seriam submetidos aos exames biométricos e avaliação médica em igualdade de condições com os demais candidatos, inclusive no que tange às condições de saúde incapacitantes no concurso público e para posse nos cargos concorridos”.

9. Logo, prossegue o Recorrente, “todos os candidatos do certame que, nos exames biométricos e avaliação médica, apresentaram condições, sinais ou sintomas incapacitantes foram considerados inaptos na referida fase e eliminados dos certames. Além disso, como demonstrado, nos termos dos subitens 5.6.1 dos referidos editais, os candidatos que se declararam com deficiência no ato de inscrição, deveriam ser submetidos à avaliação biopsicossocial, com o condão de analisar sua qualificação como pessoa com deficiência, bem como a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo e, aqueles que não



MPCDF

Proc.:  
9569/22-86

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*foram considerados pessoa com deficiência, perderam o direito de concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência, bem como que aqueles cuja deficiência não foi considerada compatível com as atribuições dos cargos, foram considerados inaptos na referida fase e eliminados dos concursos”.*

10. O Recorrente ressalta que, “o Ministério de Contas do Distrito Federal (...) apresentou Representação com pedido cautelar, junto a este E. Tribunal de Contas do Distrito Federal, objetivando, em síntese, que o Cebraspe e a PCDF se abstenham de eliminar os candidatos com inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência na avaliação médica, ainda que apresentem condição, sinal ou sintoma incapacitante expressamente previsto em edital, bem como assegurem aos candidatos com inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência adaptação razoável para o desempenho das suas atribuições, ao longo do estágio de probatório”.

11. Demais, “pugnou (...) o MPCDF que, nos próximos concursos públicos, o exame de compatibilidade entre a deficiência dos candidatos e as atribuições do cargo sejam aferidas em estágio probatório e não na avaliação biopsicossocial, além da adaptação razoável, nos testes físicos, para as pessoas com inscrição deferida para concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência. Para tanto, sustentou o MPCDF, que as eliminações dos candidatos com inscrição deferida para concorrer às vagas reservada aos candidatos com deficiência, na avaliação médica, configura ato discriminatório e que atenta contra a política inclusiva, já que a eliminação dos referidos candidatos seria fundada na condição física que lhes permitiria concorrer às vagas reservada aos candidatos com deficiência”.

12. Além de que, “o MPCDF também alegou que o exame de compatibilidade entre a deficiência do candidato, por força do art. 44 do Decreto nº 3.298/1999, deve ser dar ao longo do estágio probatório e não como fase do concurso. Alegou, ainda, (...) que a postura da banca examinadora teria sido contraditória ao entender, na fase de avaliação biopsicossocial, que a deficiência dos candidatos seria compatível com as atribuições do cargo e, na fase de avaliação médica, concluir que a mesma deficiência constituiria condição de saúde incapacitante para o exercício do cargo”.

13. Porém, segundo o Recorrente, “é importante ressaltar que, ao elaborar os editais dos concursos, o Cebraspe observa rigorosamente a legislação vigente, que disciplina a reserva de vagas aos candidatos com deficiência em concursos públicos. Em nenhum dos concursos que executa, há a intenção de instituir barreiras discriminatórias ou que dificultem a participação de qualquer candidato, em especial aos candidatos com deficiência. Necessário se faz ressaltar que a inclusão social da pessoa com deficiência, mediante a promoção do exercício dos direitos e das liberdades fundamentais, nos termos do artigo 1º da Lei nº 13.146/15, é, sem sombra de dúvida, tema da maior relevância. Sabe-se ser dever do Estado assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, inclusive o direito ao trabalho, como preconiza o artigo 8º da Lei nº 13.146/15. É inegável, outrossim, que a colocação competitiva, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, constitui modo de inclusão da pessoa com deficiência no trabalho, podendo ocorrer por meio de trabalho com apoio, como dispõe o artigo 37 da Lei nº 13.146/15”.



MPCDF

Proc.:  
9569/22-86

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

14. Contudo, retoma o Recorrente, *“ocorre que a supracitada lei, em seu artigo 10, obriga o poder público a garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a sua vida e, em especial, em situações de risco, emergência ou estado de calamidade pública, quando ela será considerada vulnerável. Nessas situações, o poder público deverá adotar medidas para a sua proteção e segurança. Nesse contexto, é preciso lembrar que a atividade policial é eminentemente de risco. Não raras vezes o Policial Civil será demandado em operações que envolvam o uso de armas de fogo, prisão de criminosos, entre tantas outras situações práticas que (demandam) capacidade física necessária ao desempenho das funções policiais”*.

15. Para além, *“de fato, a Polícia Civil não exerce patrulhamento ostensivo, como afirmado pelo MPCDF, entretanto, tal fato não significa que as atribuições dos referidos cargos se limitam ao exercício de atividades burocráticas executadas exclusivamente dentro das delegacias e unidades administrativas dentro da corporação. Ademais, o fato de existir algumas atribuições de natureza administrativa entre as atribuições dos cargos policiais em comento, não retira a característica de atividade de risco que recai sobre o cargo policial. É inegável que o policial civil, seja ele agente de polícia ou escrivão de polícia, lida diuturnamente com a criminalidade e tem contato com criminosos, sendo alguns de alta periculosidade. Nessa senda, considerando o risco que a atividade policial traz ao ocupante desses cargos, a Portaria nº 7, de 4 de fevereiro de 2020, que Regulamenta e consolida as normas internas relativas ao porte e o uso de arma de fogo dos integrantes das carreiras de Delegado de Polícia do Distrito Federal e de Polícia Civil do Distrito Federal, estabelece que o porte de arma de fogo dos servidores das carreiras de Delegado e de Policiais Cíveis tem validade em todo o território nacional, bem como prevê que o policial civil poderá portar arma de fogo particular devidamente registrada em seu nome, nos períodos de folga e durante o serviço”*.

16. Nesse raciocínio, *“apenas a título de exemplo, com o fito de destacar que os cargos em tela têm natureza eminentemente policial e as atividades a eles inerentes são atividades de risco, cita-se recente notícia veiculada nos meios de comunicação, em especial em redes sociais, de prisão de suspeito de assassinato de 06 pessoas de uma mesma família, realizada por Policiais Cíveis do Distrito Federal. Além disso, em uma das redes sociais da própria corporação (@pcdf\_oficial), é possível vislumbrar que os policiais cíveis participam de inúmeras operações policiais, de natureza eminentemente policial, como operações de captura de foragidos, com uso de armas de fogo de alto calibre e até mesmo perseguição policial, as quais, pela sua natureza inerente, repita-se, demandam capacidade física necessária para o desempenho das funções policiais”*.

17. O Recorrente enfatiza que *“os exemplos colacionados são mínimos, frente às situações mais diversas vivenciadas pelos Policiais Cíveis na prática corriqueira das atribuições do cargo, e servem para demonstrar que apesar de haver, dentre as atribuições dos cargos, algumas de cunho eminentemente administrativo, o Policial Civil que exerce, em sua inteireza todas as atribuições do cargo, também exerce atividades operacionais de cunho essencialmente da natureza própria policial. Assim, a própria natureza e a finalidade das atividades policiais, diferentemente das demais espécies de cargos públicos não policiais, que lhe confere um caráter diferenciado e especial, exige (que) todos seus ocupantes, sem qualquer distinção, apresentem a capacidade física necessária ao desempenho das*



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*funções policiais. Exatamente por essa razão, não configura discriminação a exigência de que todos os candidatos aos cargos de natureza policial sejam pessoas com deficiência ou não, apresentem a capacidade física necessária para o exercício de **todas as atribuições do cargo**”.*

18. Ao ver do Recorrente, “a reserva de vagas aos candidatos com deficiência, em que pese obrigatória, não lhes confere acesso amplo e irrestrito a qualquer cargo público, exatamente como estabelecido pelos arts. 37, VIII e 39, § 3º, da Constituição Federal, que expressamente permite que sejam estabelecidos requisitos diferenciados para admissão, quando a natureza do cargo exigir”, e, “no caso em tela, os cargos têm natureza policial, e compreendem, entre as suas atribuições, atividades eminentemente de caráter policial (segurança e repressão da criminalidade), (que) exigem critérios diferenciados para admissão das pessoas com deficiência”.

19. Nesse quesito, “voltando ao **Estatuto da Pessoa com Deficiência**, especialmente ao estabelecido **em seu artigo 10**, que (...) **obriga o poder público a garantir a dignidade da pessoa com deficiência ao longo de toda a sua vida e, em especial, em situações de risco**, emergência ou estado de calamidade pública, **quando ela será considerada vulnerável**, possível se faz questionar se o ingresso de pessoas com deficiência em cargo policial, cuja atividade inegavelmente é de risco, a despeito de não ter ela as condições de saúde necessárias ao seu exercício, é compatível com a política pública de proteção aos direitos da pessoa com deficiência. Isso porque o policial lida com a criminalidade e a violência diariamente no exercício de suas atribuições. Nesse sentido, a falta de capacidade física necessária para o exercício de **todas as atribuições do cargo** pode significar a diferença entre a vida e a morte para um profissional no desempenho dessas atribuições. Deve-se lembrar que o policial não defende somente sua vida, mas, também, a de terceiros, sendo legal e razoável a exigência necessária (de) capacidade para o desempenho das atividades inerentes à função”, restando “evidenciado que **ao Policial Civil do Distrito Federal (Agente e Escrivão) não é dado escolher as atribuições que irá exercer, razão pela qual ele deve estar apto física e mentalmente para o exercício de qualquer uma das atividades incluídas no rol de atribuições do cargo por ele ocupado**. Tampouco é possível, tendo em vista a atual realidade da instituição, que os gestores restrinjam alguns policiais às atividades administrativas”.

20. O Recorrente lembra, “ainda, que o efetivo da Polícia Civil do Distrito Federal foi severamente reduzido nos últimos anos, estando o quadro de servidores deficitário, como é de conhecimento público”.

21. Ao ensejo, o Recorrente destaca que, “quanto (às) funções da política inclusiva de reserva de vagas, assegurada constitucionalmente às pessoas com deficiência, a Excelentíssima Ministra Carmem Lúcia, relatora do Recurso Especial nº





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

676.335/MG<sup>1</sup>, foi esclarecedora quanto à necessidade de se observar a natureza e finalidade do cargo público quando do seu preenchimento<sup>2</sup>”.

22. Do mesmo modo, “quanto ao exame de compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo acontecer no estágio probatório, já no exercício prático e real das atividades do cargo, como quer o MPCDF, se mostra totalmente incompatível com a natureza do cargo concorrido. Neste ponto, conforme demonstrado acima, após aprovação no concurso público, o Policial Civil deverá exercer, na sua inteireza, todas as atribuições do cargo policial, à exemplo das operações demonstradas anteriormente, mormente quanto à necessidade de direção de viaturas em alta velocidade, uso de armas de fogo de alto calibre, sendo que o mínimo erro ou incompatibilidade constatada no decorrer das operações poderá ser fatal para o policial ou terceiro, podendo não haver chance de constatar que, na prática, a deficiência do candidato seria incompatível com as atribuições do cargo. Exatamente por essa razão que a avaliação biopsicossocial e o consequente exame de compatibilidade entre a deficiência do candidato e as atribuições do cargo são realizadas com a participação da Polícia Civil do Distrito Federal, por meio de três servidores da carreira almejada, escolhidos e designados pela Direção da Escola Superior de Polícia Civil do Distrito Federal, os quais já conhecem e vivenciam, na prática, as atividades a serem desenvolvidas no dia a dia do cargo pleiteado”.

23. O Recorrente assevera que, “assim como os entes da Administração Pública que realizam os concursos com o objetivo de preencher os cargos públicos vagos, prima pela observância das políticas inclusivas instituídas pelo Poder Público, em especial, com o objetivo assegurar aos candidatos com deficiência direito ao trabalho. Entretanto, ao contrário do que asseverou o MPCDF, a exigência das

<sup>1</sup> “ **De se enfatizar, pois, que a reserva de vagas determinada pelo inc. VIII do art. 37 da Constituição da República tem tripla função : a) garantir ‘a reparação ou compensação dos fatores de desigualdade factual com medidas de superioridade jurídica, [verdadeira] política de ação afirmativa que se inscreve nos quadros da sociedade fraterna que se lê desde o preâmbulo da Constituição de 1988’, como destacado pelo Ministro Ayres Britto no julgamento do RMS 26.071 (DJ 1º.2.2008); b) viabilizar o exercício do direito titularizado por todos os cidadãos de acesso aos cargos públicos, permitindo, a um só tempo, que pessoas com necessidades especiais participem do mundo do trabalho e, de forma digna, possam manter-se e ser mantenedoras daqueles que delas dependem; e, c) possibilitar à Administração Pública preencher os cargos com pessoas qualificadas e capacitadas para o exercício das atribuições inerentes aos cargos, observando-se, por óbvio, a sua natureza e as suas finalidades’ (Grifou-se)”.**

<sup>2</sup> “Mas também é certo que os cargos oferecidos pelos concursos ora promovidos pela Polícia Federal não podem ser desempenhados por portadores de limitação física ou psicológica que não disponham das condições necessárias ao pleno desempenho das funções para as quais concorrem. A depender da natureza e da intensidade da limitação apresentada pelo pretendo candidato, poderá haver prejuízo/comprometimento das atividades a serem desempenhadas, próprias do cargo, o que impede possa ele ser admitido ou aprovado na seleção pública. Parece óbvio que o domínio dos sentidos, das funções motoras e intelectuais pelo candidato é fator que o habilita para o cumprimento das atribuições do cargo. Daí a possibilidade de os candidatos portadores de necessidades especiais, que os torne incapacitados para as atividades policiais típicas dos cargos serem excluídos do concurso público. (...) **O que a Constituição da República determina é a possibilidade de se ter acesso aos cargos públicos, cujo desempenho não fique comprometido pela limitação do candidato. O que se busca é impedir a discriminação do portador de necessidade especial e a garantia de que, estando apto a desempenhar as funções inerentes ao cargo, não se lhe veda o acesso. Mas também é certo que não se admite possa alguém, impossibilitado de exercer as funções do cargo, ser admitido ou aprovado em concurso em detrimento do interesse público. Fosse esse o caso se teria o interesse particular sobrepondo-se ao interesse público, o que não é admissível. O cargo público – mais ainda em se cuidando daquele que compõe os quadros da Polícia Federal – não pode ser inutilizado ou mal desempenhada por limites do servidor público”.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*condições de saúde necessárias ao exercício dos cargos dos quadros da Polícia Civil, para todos os candidatos, é extremamente necessária em razão da natureza dos referidos cargos, de modo a preservar a segurança, a incolumidade física de seus ocupantes, bem como da população em geral. Conforme demonstrado, as alegações do MPCDF não devem prosperar, uma vez que não se coadunam com a realidade, com as necessidades da Polícia Civil do Distrito Federal e a legislação pátria regente, já que as regras dispostas nos editais que regem os certames foram completamente obedecidas, de maneira que não há ilegalidade, tampouco ofensa aos princípios da isonomia, razoabilidade, proporcionalidade, legalidade, segurança jurídica e boa-fé, ou a qualquer outra legislação, na inaptidão e consequente eliminação dos candidatos aos cargos policiais que apresentem limitações que efetivamente comprometem o desempenho das atividades da cargo”.*

24. Dentre as **“RAZÕES DA RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO CAUTELAR”**, o Recorrente defende a **“LEGALIDADE DOS CRITÉRIOS DAS AVALIAÇÕES MÉDICA E BIOPSISSOCIAL DOS CONCURSOS QUESTIONADOS”**, à luz dos dispositivos constitucionais aplicáveis à espécie<sup>3</sup>.

25. De resto, *“em atenção à natureza e necessidades dos cargos, a boa saúde física do policial é requisito exigido pelo art. 9.º, inciso VI, da Lei nº 4.878/65<sup>4</sup>, que dispõe sobre o regime jurídico peculiar dos funcionários policiais civis da União e do Distrito Federal” e “o Decreto nº 59.310/66, que regulamenta a supracitada lei e dispõe sobre o regime jurídico dos Funcionários Policiais Civis do Departamento Federal de Segurança Pública e da Polícia do Distrito Federal, em seu artigo 9º, repete os requisitos por ela estabelecidos. Além disso, o referido Decreto dispõe que, para ingressar em cargo policial nos quadros da Polícia Civil do Distrito Federal, o candidato deve gozar de boa saúde, física e psíquica, como exige o artigo 9.º da Lei nº 4.878/65 e o artigo 9º do Decreto nº 59.310/96, mas também deve atender às condições especiais prescritas em lei ou regulamento, nos termos do artigo 13, inciso II, do citado decreto<sup>5</sup>”.*

26. Acerca disso, *“a Portaria nº 06, de 27 de janeiro de 2016, que regulamenta os Concursos Públicos para o provimento de cargos de Agente de Polícia, Agente Policial de Custódia, Escrivão de Polícia, Papiloscopista Policial, Perito Criminal e Perito Médico-Legista da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, por sua vez, foi expressa quanto à necessidade de comprovação de boa saúde como requisito para investidura nos referidos cargos, além de outras previsões contidas nos editais do concurso<sup>6</sup>”.* Ainda, a mesma *“Portaria nº 06/16, em seu artigo 21, inciso VI, também estabeleceu que a primeira etapa do concurso público para*

<sup>3</sup> Inciso VIII, do artigo 37, da Constituição Federal.

<sup>4</sup> “Art. 9º São requisitos para matrícula na Academia Nacional de Polícia: (...) VI - gozar de boa saúde, física e psíquica, comprovada em inspeção médica; (...) (Grifou-se)”.

<sup>5</sup> “Art. 13. Só poderá ser empossado em cargo dos Serviços de Polícia Federal ou Policial Metropolitano ou em cargo em comissão, com atribuições e responsabilidades de natureza policial, quem, além dos previstos no artigo 9º deste Regulamento, satisfizer os seguintes requisitos: I - Ter sido aprovado em curso de formação profissional para ingresso no Departamento Federal de Segurança Pública ou na Polícia do Distrito Federal, salvo quando se tratar de cargo em comissão; II - ter atendido às condições especiais prescritas em lei ou regulamento para determinados cargos ou série de classes. (Grifou-se)”.

<sup>6</sup> “Art. 5º. São requisitos para a investidura nos cargos da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal: (...) VIII - gozar de boa saúde e ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo; (...) XIII - cumprir as demais previsões contidas nos editais do concurso. (Grifou-se)”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*provimento de cargos da PCDF seria composta de prova de capacidade física, de caráter eliminatório”.*

27. A norma em questão estabeleceu, também, que “os exames biométricos e avaliação médica serão destinados a verificar as condições de saúde dos candidatos para o desempenho do cargo e dos requisitos legais para a matrícula no curso de formação, além de estabelecer que as demais regulamentações referentes à avaliação médica seriam definidas em edital<sup>7</sup>”.

28. Por conseguinte, continua o Recorrente, “diante dos dispositivos acima transcritos e da natureza das atribuições dos cargos em questão, que demandam de seu ocupante plena saúde física e mental, bem como condições motoras, cognitivas e intelectuais suficientes ao desempenho das funções policiais, o edital de abertura do certame em comento estabeleceu critérios objetivos para a avaliação médica, bem como as condições clínicas, sinais ou sintomas que incapacitam os candidatos ao exercício do cargo exclusivamente com base nas necessidades inerentes aos cargos, consoante item 12 e subitens seguintes do Edital nº 1 – PCDF – AGENTE, de 30 de junho de 2020 e item 13 e subitens seguintes do Edital nº 1 – PCDF, de 23 de dezembro de 2019<sup>8</sup>”.

29. Além do que, “os editais de abertura foram expressos no sentido de que, evidenciadas quaisquer das condições incapacitantes listadas no rol apresentado pelo edital, o candidato seria considerado inapto<sup>9</sup>. Nesse diapasão, resta certo que todos os candidatos aos cargos do quadro policial da PCDF, irrestritamente, devem apresentar plenas condições de saúde física e mental, a serem verificadas em avaliação médica”.

30. O Recorrente consigna, “ainda, que, apesar da Polícia Civil do Distrito Federal ser organizada e mantida pela União, seus servidores deixaram de ser regidos pela Lei nº 8.112/1990 (estatuto jurídico dos servidores federais), como argumenta o MPCDF, a partir da vigência da Lei Complementar nº 840/2011, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Distrito Federal, das autarquias e das fundações públicas distritais. Neste passo, quanto à participação dos candidatos com deficiência em concursos públicos, a referida Lei Complementar nº 840/2011, aplicável à PCDF, além de determinar a reserva de vagas às pessoas com deficiência, foi expressa no sentido de que a compatibilidade

<sup>7</sup> “Art. 43. Os exames biométricos e a avaliação médica, realizados mediante exame físico, análise de testes, de laudos e dos exames laboratoriais solicitados, destinar-se-ão à verificação das condições de saúde do candidato para o desempenho do cargo e dos requisitos legais para a matrícula no curso de formação profissional. (...) Art. 52. **Demais regulamentações relativas ao exame biométrico e à avaliação médica serão definidas em edital específico**”.

<sup>8</sup> “**Concurso Agente:** 12.3 Os exames biométricos e avaliação médica, realizados mediante exame físico, análise de testes, de laudos e dos exames laboratoriais solicitados, **destinar-se-ão à verificação** de deficiência física será submetido a perícia realizada pela equipe multiprofissional, que emitirá parecer de caráter precário sobre sua continuidade no certame. § 1º O candidato considerado inapto será imediatamente eliminado do certame. § 2º A qualquer tempo, durante as fases e etapas do certame, o candidato portador de deficiência física poderá ser eliminado pela equipe multiprofissional, caso seja constatada a sua inaptidão ou incompatibilidade para o exercício do cargo”.

<sup>9</sup> “**Concurso Agente:** 12.7.3.1 **Evidenciadas quaisquer das condições incapacitantes citadas no subitem 12.10.2 deste edital**, o candidato será considerado inapto. **Concurso Escrivão:** 13.7.3.1 **Evidenciadas quaisquer das condições incapacitantes citadas no subitem 13.10.2 deste edital e(ou) quaisquer das condições descritas nas alíneas “a” a “e” do subitem 13.7.3 deste edital, o candidato será considerado inapto**”.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*entre a deficiência e as atribuições do cargo (deve) ser verificadas antes da posse<sup>10</sup>”.*

31. Nesse contexto, “a Portaria nº 06, de 27 de janeiro de 2016, que regulamenta os concursos públicos para provimento dos cargos de Agente de Polícia, Agente Policial de Custódia, Escrivão de Polícia, Papiloscopista Policial, Perito Criminal e Perito Médico-Legista da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal, foi expressa no sentido de que a avaliação biopsicossocial deveria ser realizada na primeira etapa do certame, antes da prova de capacidade física, a qual, além da qualificação do candidato como deficiente, avaliaria a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo<sup>11</sup>. Portanto, resta certo que, quanto aos candidatos aos cargos públicos do Distrito Federal, incluindo os candidatos da PCDF, o exame de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo deve ser realizada antes da posse no cargo, de forma que não nenhuma ilegalidade de sua realização ainda no decorrer no concurso, ou seja, antes da posse”.

32. Igualmente, “quanto à avaliação da deficiência, Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que é conhecida como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, por sua vez, estabeleceu que seria biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar<sup>12</sup>. Assim, cumprindo ao que foi estabelecido pela Constituição Federal e a legislação que rege o assunto, o edital de abertura do certame foi expresso quanto à necessidade da avaliação biopsicossocial para análise da qualificação dos candidatos como pessoa com deficiência e exame de compatibilidade entre a deficiência e as atribuições do cargo”.

33. Para o Recorrente, “a exigência de capacidade física necessária para o exercício de **todas as atribuições do cargo**, para todos os candidatos do certame, com deficiência ou não, são imprescindíveis ao exercício dos cargos em questão, tendo em vista a atividade policial exercida. Assim, após estudo das atribuições inerente aos cargos, repita-se, considerando-se a universalidade das atribuições e

<sup>10</sup> “Art. 12. O edital de concurso público tem de reservar vinte por cento das vagas para serem preenchidas por pessoa com deficiência, desprezada a parte decimal. § 1º A vaga não preenchida na forma do caput reverte-se para provimento dos demais candidatos. § 2º **A deficiência e a compatibilidade para as atribuições do cargo são verificadas antes da posse**, garantido recurso em caso de decisão denegatória, com suspensão da contagem do prazo para a posse. § 3º Não estão abrangidas pelos benefícios deste artigo a pessoa com deficiência apta para trabalhar normalmente e a inapta para qualquer trabalho. (Grifou-se)”.

<sup>11</sup> “Art. 17. Durante a primeira etapa do concurso, e antes da prova de capacidade física, **o candidato portador de deficiência física será submetido à perícia pela equipe multiprofissional, que avaliará a sua qualificação como deficiente, assim como a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo**. Parágrafo único. O candidato que for desclassificado da condição de deficiente físico prosseguirá no concurso na lista de ampla concorrência. Art. 18. O candidato portador de deficiência física será submetido a perícia realizada pela equipe multiprofissional, que emitirá parecer de caráter precário sobre sua continuidade no certame. § 1º O candidato considerado inapto será imediatamente eliminado do certame. § 2º A qualquer tempo, durante as fases e etapas do certame, o candidato portador de deficiência física poderá ser eliminado pela equipe multiprofissional, caso seja constatada a sua inaptidão ou incompatibilidade para o exercício do cargo”.

<sup>12</sup> “Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. § 1º **A avaliação da deficiência, quando necessária, será biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar** e considerará: I - os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; II - os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; **III - a limitação no desempenho de atividades**; e IV - a restrição de participação. § 2º **O Poder Executivo criará instrumentos para avaliação da deficiência**. (Grifou-se)”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*não somente as atividades administrativas, o rol de condições incapacitantes foi estabelecido com base exclusivamente nas atribuições dos cargos, considerando-se ainda a vivência de situações práticas e riscos a que os policiais podem ser submetidos no dia a dia. Neste sentido, importa registrar que os referidos critérios foram objetivamente estabelecidos em edital e devem (ser) aplicados isonomicamente a todos os candidatos do certame, além de totalmente necessários, proporcionais e razoáveis, considerando-se a natureza dos cargos em questão e (a) finalidade da seleção pública, que é selecionar os candidatos aptos ao pleno exercício das atribuições dos cargos públicos”.*

34. Aliás, “quanto à proporcionalidade do ato administrativo questionado pelo MPCDF, é imprescindível fazer a seguinte pergunta: considerando-se a natureza policial dos cargos disponibilizados, o meio (avaliação médica e avaliação biopsicossocial), exigir-se que o candidato apresente a capacidade física necessária para o exercício de todas as atribuições do cargo se coaduna com a finalidade da seleção, qual seja, selecionar candidatos aptos ao pleno exercício de todas as atividades do cargo, relacionadas à segurança pública?”

35. Similarmente, “no que diz respeito à razoabilidade na exigência de que o candidato ao cargo policial apresente boa saúde, importante trazer à baila trecho de decisão proferida pelo e. Desembargador Federal Jamil Rosa de Jesus Oliveira, do TRF da 1ª Região, no qual, ao analisar situação similar a destes autos, em que candidato apresentou condição incapacitante prevista no edital de abertura, considerou legal e razoável a sua eliminação na avaliação de saúde do mesmo certame<sup>13</sup>”.

36. Nessa perspectiva, “importa registrar que o C. Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento segundo o qual não há ilegalidade na eliminação de candidato, amparada na regra editalícia<sup>14</sup>. Neste mesmo sentido, confira-se julgado do E. TRF da 4ª Região<sup>15</sup>. Outro não é o entendimento do E. TRF da 2ª Região<sup>16</sup>”.

<sup>13</sup> Página 13 da Informação nº 054/2023-NUREC.

<sup>14</sup> Página 15 da Informação nº 054/2023-NUREC.

<sup>15</sup> “**EMENTA:** ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. CONCURSO PÚBLICO. DECLARAÇÃO DE INAPTIDÃO FÍSICA PARA O CARGO. AGENTE DA POLÍCIA FEDERAL. APELAÇÃO IMPROVIDA. 1. A possibilidade (de a) Administração Pública estabelecer requisitos diferenciados para admissão no cargo, conforme sua natureza, é incontroversa. Decorre do art. 39, § 3º, da Constituição Federal. Especificamente ao cargo de agente da polícia federal devem ser observados a Lei nº 4.878/65 e o Decreto-Lei nº 2.320/87. 2. O autor é portador de discopatia, condição que o incapacita para o cargo nos termos do Edital. 3. No caso, a incapacidade para atividade policial não tem por fundamento previsões futuras e genéricas, mas sim uma condição física que o impede de carregar peso acima de 10kg, realizar atividades de impacto e movimentos que necessitem de flexão da coluna lombar. 4. Apelação improvida. (TRF4, AC 5008436- 75.2019.4.04.7200, QUARTA TURMA, Relator CÂNDIDO ALFREDO SILVA LEAL JUNIOR, juntado aos autos em 21/05/2021 grifou-se)”.

<sup>16</sup> “ADMINISTRATIVO. RECRUTA. CONCURSO PÚBLICO. CURSO DE FORMAÇÃO DE SARGENTOS. EXAME MÉDICO. INAPTO. DOENÇA INCAPACITANTE. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA. 1. O Demandante ajuizou demanda para anular decisão que o excluiu do concurso de sargentos da Força Aérea em virtude de ter sido detectada, em inspeção de saúde, a existência de doença incapacitante denominada ceratocône. 2. O Edital é a Lei dos certames públicos e deve ser cumprido por todos os candidatos. O exame público é regido por normas previamente estabelecidas. A elas o candidato adere ao efetuar sua inscrição e, por outro lado, elas vinculam também a Administração. Não se pode desconsiderar a norma aplicável a todos, sob pena de ofensa aos Princípios da Vinculação ao Instrumento Convocatório, da Legalidade, da Moralidade e da Isonomia. 3. Não há ilegalidade ou abuso de poder no fato de a Administração Militar eliminar candidato portador de doença incapacitante, consequência que está prevista no edital do concurso e se aplica a todos os candidatos indistintamente. 4. Pedido de reforma sem



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

37. De posse disso, o Recorrente defende que *“a avaliação médica é extremamente oportuna e necessária no concurso em comento, e a flexibilização dos critérios (...) ou mesmo eximir um candidato ou um grupo determinado de candidatos de ser avaliado, segundo os critérios objetivos legal e expressamente previstos para todos os candidatos, fere de morte o princípio da isonomia, corolário dos concursos públicos. A este respeito, é magistral a lição da Excelentíssima Senhora Ministra Carmem em decisão proferida no RE nº 676.335/MG, ao esclarecer que, em se tratando de concurso público, a igualdade de condições entre os participantes é requisito fundamental, não sendo (admitidas) condições diferenciadas aos concorrentes, ainda que se (trate) de pessoas com deficiência”*.

38. Com a mesma acepção, o *“entendimento manifestado pelo E. TJDF, segundo o qual é legal a eliminação de candidato que se inscreveu no concurso para concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência, mas que apresenta condição incapacitante expressamente prevista em edital e que guarda correspondência com as atribuições do cargo pretendido”<sup>17</sup>*.

39. Desta maneira, no entendimento do Recorrente, *“resta perfeitamente legal a submissão dos candidatos que se inscreveram para concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência à avaliação médica, segundo os critérios objetivos estabelecidos em edital, de acordo com as atribuições do cargo a ser desempenhado, exatamente como aconteceu in casu”*.

40. Em outro ponto, *“no que diz respeito à possibilidade de exame de compatibilidade entre a deficiência dos candidatos e as atribuições do cargo, (...) esse exame deve ser realizado antes da posse no cargo, por expressa determinação legal, veja-se (...) o disposto na Lei Complementar nº 840/2011”, cabendo observar*

---

*amparo legal, uma vez que o Demandante, por ser praça sem estabilidade, e por ser portador de doença sem relação de causa e efeito com o serviço, somente poderia ser reformado caso fosse considerado inválido, isto é, incapaz para todo e qualquer trabalho (art. 111, II, do Estatuto dos Militares), hipótese não demonstrada nos autos. 5. Os honorários advocatícios devem ser majorados em 1% do valor da causa, nos termos do artigo 85, §11, do CPC/2015, devendo ser somado aos honorários fixados na sentença. 6. Apelação conhecida e desprovida (AC 0028137-47.2012.4.02.5151, Rel. Desembargador Federal JOSÉ ANTONIO NEIVA, 7.ª Turma Especializada – DJ de 27/03/2019 – Grifou-se)”*.

<sup>17</sup> *“DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. INAPTIDÃO PARA O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES DO CARGO. ELIMINAÇÃO COM BASE EM CRITÉRIOS TÉCNICOS E OBJETIVOS. SENTENÇA MANTIDA I. A reserva quantitativa prevista no artigo 37, inciso VIII, da Constituição Federal, não induz à compreensão de que a investidura do candidato portador de deficiência a cargos e empregos públicos seja incondicional ou completamente indiferente às suas atribuições. II. A acessibilidade do candidato portador de deficiência pressupõe que esta não seja incompatível com as atribuições do cargo ou emprego público. III. Todos os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, devem se revelar aptos, física e psiquicamente, ao desempenho das atribuições do cargo ou emprego público. IV. Encontra respaldo no artigo 9º, inciso VI, da Lei 4.878/65, a estipulação, no edital do concurso público, de critérios objetivos a partir dos quais se avalia a aptidão física e psíquica do candidato indispensável ao exercício das atribuições do cargo de Agente de Polícia Civil do Distrito Federal. V. Uma vez constatada tecnicamente a inaptidão do candidato com base nos critérios objetivos delineados no edital, a sua eliminação do certame não traduz ilegalidade passível de sanção no plano judicial. VI. Se o catálogo de condições incapacitantes guarda correspondência com as atribuições do cargo público, a eliminação do candidato que se revela inapto ao seu exercício não pode ser considerada ofensiva ao princípio da proporcionalidade nem representa discriminação atentatória ao primado da isonomia. VII. Recurso conhecido e desprovido. (Acórdão 1003963, 20140110759992APC, Relator: JAMES EDUARDO OLIVEIRA, 4ª TURMA CÍVEL, data de julgamento: 8/3/2017, publicado no DJE: 21/3/2017. Pág.: 424/438 – grifou-se)”*.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

que, “a Excelentíssima Ministra Carmem Lúcia foi categórica ao esclarecer que a referida avaliação pode ser realizada pela banca examinadora responsável pelo certame, ou seja, não é imperativo que seja realizada durante o curso de formação e estágio probatório<sup>18</sup>”.

41. Assim, “resta certo que o C. STF (...) reconheceu expressamente a possibilidade de avaliação da compatibilidade entre a deficiência apresentada pelo candidato e as atividades a serem desenvolvidas no cargo pleiteado, durante o certame, ‘pelos órgãos competentes para avaliar e resolver questões de concurso público’”. Destaque-se, ainda, que a Excelentíssima Relatora, Ministra Carmem Lúcia, foi categórica não só em reconhecer a possibilidade desse exame de compatibilidade, **mas também de reconhecer a sua imperiosa necessidade, em se tratando de cargos policiais, que exigem condições motoras, cognitivas e intelectuais suficientes ao desempenho das funções policiais**”.

42. Em reforço, “ainda no que diz respeito à reserva de vagas às pessoas com deficiência e a necessidade de compatibilidade entre a deficiência do candidato e a natureza das funções a serem desempenhadas, importa trazer à baila ensinamento do i. Jurista Marçal Justen Filho, citado no voto exarado pelo i. Ministro Celso de Mello no julgamento do RMS nº 32732 AgR/DF<sup>19</sup>”.

43. Ainda por cima, “conforme claramente ministrado pelo i. Jurista, o provimento de cargos públicos pelas pessoas com deficiência não pode ser irrestrito, mas há que ser observada a natureza específica e as atribuições típicas do cargo público, bem como as restrições que a deficiência (vai) apresentar para o desempenho

<sup>18</sup> “À Administração Pública, pelos órgãos competentes para avaliar e resolver as questões do concurso, caberá avaliar, seguindo critérios objetivos previstos em lei e reproduzidos no edital do concurso, as limitações físicas ou psicológicas experimentadas pelos portadores de necessidades especiais que efetivamente comprometem o desempenho das atividades inerentes aos cargos a serem preenchidos. Incompatibilidade haverá de ser afirmada a partir do cotejo objetivo e transparente entre as limitações/necessidades especiais dos candidatos e as atribuições de cada qual dos cargos oferecidos. O que a Constituição da República determina é a possibilidade de se ter acesso aos cargos públicos, cujo desempenho não fique comprometido pela limitação do candidato. O que se busca é impedir a discriminação do portador de necessidade especial e a garantia de que, estando apto a desempenhar as funções inerentes ao cargo, não se lhe veda o acesso. Mas também é certo que não se admite possa alguém, impossibilitado de exercer as funções do cargo, ser admitido ou aprovado em concurso em detrimento do interesse público. Fosse esse o caso se teria o interesse particular sobrepondo-se ao interesse público, o que não é admissível. (...) Cumpre esclarecer, entretanto, como pleiteado pela União, **que a banca examinadora responsável, conforme anunciado acima, respeitando critérios objetivos, poderá declarar a inaptidão de candidatos inscritos e cujas necessidades especiais os impossibilite do exercício das atribuições inerentes ao cargo para qual estiver concorrendo. (...)**”.

<sup>19</sup> “O art. 37, VIII, da Constituição determina que a lei reservará percentual de cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência, definindo os critérios de sua admissão. O tratamento diferenciado em favor de portadores de deficiência poderá contemplar benefícios ou redução de restrições em face dos demais sujeitos. Essa discriminação positiva é compatível com a Constituição, na medida em que respeite o princípio da proporcionalidade. Ademais disso, **deverá ser assegurada a igualdade objetiva entre os sujeitos portadores de deficiência, estabelecendo-se critérios que permitam a competição igualitária entre eles e a comprovação da sua capacitação para o desempenho das funções inerentes ao cargo. Ou seja, não se admite que o sujeito seja investido no cargo público simplesmente por ser portador de deficiência. Nem seria compatível com a Constituição que a deficiência de que o sujeito fosse portador acarretasse absoluta incompatibilidade com a natureza das funções a serem desempenhadas. (...) Não se admite a contratação de pessoa cuja deficiência a incapacite, de modo absoluto, para o desempenho das atividades inerentes às atribuições dos cargos e empregos. É indispensável identificar o tipo de deficiência e compatibilizá-lo com determinado cargo público.** Tem-se destacado, por exemplo, o pleno cabimento de portadores de deficiência auditiva exercitarem atividades de informática.” (Grifou-se)”.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*dessas atribuições. Ressalte-se (...) que nem toda deficiência é compatível com todos os cargos públicos”.*

44. Nesse particular, o Recorrente registra “que o TRF da 4ª Região, em situação envolvendo a avaliação entre a compatibilidade da deficiência de candidato e as atribuições do cargo público, entendeu que a condição de portador de visão monocular, apesar de garantir o direito de concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência, não é compatível com o exercício irrestrito de qualquer cargo público<sup>20</sup>. Em igual sentido, confira-se julgado da lavra da i. Desembargadora Federal Vivian Josete Pantaleão Caminha, também do E. TRF da 4ª Região<sup>21</sup>, em caso similar ao destes autos, envolvendo concurso para o cargo de Policial Rodoviário Federal, no qual restou consagrado o entendimento de que é legal a eliminação de candidato com deficiência que não dispõe das condições necessárias ao pleno desenvolvimento das atividades policiais. Neste mesmo sentido, o TRF da 5ª Região<sup>22</sup> já manifestou entendimento segundo o qual é

<sup>20</sup> “AGRAVO DE INSTRUMENTO. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CANDIDATO PORTADOR DE DEFICIÊNCIA FÍSICA. VISÃO MONOCULAR. INCOMPATIBILIDADE COM O CARGO PRETENDIDO. RECURSO IMPROVIDO. Em que pese o autor tenha razão no que toca à possibilidade de a visão monocular lhe garantir a possibilidade de disputar cargos públicos na condição de portador de necessidades especiais (conforme já sumulado), ele não tem razão quanto à compatibilidade total dessa condição com a universalidade dos cargos, devendo, portanto, ser mantida a decisão que indeferiu o pedido para anulação da decisão que o considerou inapto para o cargo almejado. (AI 5007960-06.2019.4.04.0000 – Rel. Des. Federal Rogério Favreto – grifou-se)”.

<sup>21</sup> “EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL. CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA. INCOMPATIBILIDADE COM O CARGO PRETENDIDO. Os profissionais que integram a junta médica são os mais qualificados para atestarem, com exímio conhecimento técnico, se a candidata possui ou não condições físicas e mentais necessárias ao exercício das atividades inerentes ao cargo de policial rodoviário federal, cuja capacidade de diagnóstico pode prever as possíveis intercorrências que possam vir a ocorrer no exercício do cargo em virtude de algum problema de saúde, como, no caso concreto, colocar outras pessoas em risco. Assim, deixou-se de ser determinada perícia judicial na instrução processual porquanto eventual perito nomeado por este juízo não teria a mesma eficiência para averiguar a compatibilidade do cargo tal como a junta médica. Em outras palavras, não haveria possibilidade de, em eventual perícia judicial, simular ambiente de risco para fins de verificar se a deficiência impede ou não o exercício das atividades inerentes ao cargo almejado. À Administração Pública, pelos órgãos competentes para avaliar e resolver as questões do concurso, caberá avaliar, seguindo critérios objetivos previstos em lei e reproduzidos no edital do concurso, as limitações físicas ou psicológicas experimentadas pelos portadores de necessidades especiais que efetivamente comprometem o desempenho das atividades inerentes aos cargos a serem preenchidos. É certo que os cargos oferecidos pelos concursos ora promovidos pela Polícia Rodoviária Federal não podem ser desempenhados por portadores de limitação física ou psicológica que não disponham das condições necessárias ao pleno desempenho das funções para as quais concorrem. Na situação posta não há indícios, por parte da Administração Pública, de atos desproporcionais ou irrazoáveis no caso concreto, já que há elementos suficientes que corroboram o entendimento firmado pela junta médica. (TRF4, AC 5004933- 25.2019.4.04.7110, QUARTA TURMA, Relatora VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, juntado aos autos em 02/08/2020)”.

<sup>22</sup> “ADMINISTRATIVO. CONCURSO. IBGE. INSCRIÇÃO NA CONDIÇÃO DE PORTADOR DE NECESSIDADES ESPECIAIS. INAPTIDÃO. EXCLUSÃO DO CERTAME. PERÍCIA QUE AFASTOU A CONDIÇÃO DE DEFICIENTE. LEGALIDADE. (...) 5. ‘A definição do que vem a ser considerado deficiência para o usufruto do tratamento diferenciado encontra-se no Decreto nº 3.298/99, posteriormente alterado pelo Decreto nº 5.296/2004.’ 6. ‘Evidente que requisitos outros devem ser observados, como o grau de extensão da deficiência e a compatibilidade desta com as funções a serem exercidas (adequação funcional), o que deve ser avaliado por equipe técnica multiprofissional, nos moldes do art. 43 do Decreto nº 3.298/99’. (...) (AC - Apelação Cível - 554861 0001667-52.2010.4.05.8000,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*requisito para aprovação, a avaliação da compatibilidade da deficiência do candidato com as funções a serem exercidas no cargo”, à semelhança de “entendimento exarado pelo E. TJDF<sup>23</sup>”.*

(...)

50. Dessa maneira, “a necessidade de exame de compatibilidade da deficiência com as atribuições decorre **EXCLUSIVAMENTE DO TRATAMENTO ESPECIAL QUE DEVE SER CONFERIDO À ATIVIDADE POLICIAL E AOS OCUPANTES DOS CARGOS POLICIAIS**”.

51. Do mesmo jeito, “quanto à aptidão de alguns candidatos na avaliação biopsicossocial e eventual inaptidão na avaliação médica, cumpre mais uma vez relembrar que os editais dos certames foram expressos no sentido de que os candidatos com deficiência participariam do concurso em igualdade de condições com os demais candidatos, inclusive quanto aos critérios da avaliação médica”.

52. Na visão do Recorrente, “os candidatos concorrentes às vagas reservadas às pessoas com deficiência devem se submeter ao evento seletivo em igualdade de condições com os demais concorrentes, sendo possível à Administração Pública declarar a inaptidão de candidatos inscritos cujas necessidades especiais impossibilitem o exercício das atribuições inerentes ao cargo para o qual estiverem concorrendo, como esclarecido (...) nos autos do Recurso Extraordinário nº 676.335/MG. Assim, tanto a Constituição Federal quanto o entendimento jurisprudencial pátrio, em especial o entendimento da Suprema Corte, estabelecem a obrigatoriedade de reserva de vagas em concursos públicos para pessoas com deficiência física, **no entanto, os candidatos que se declararem pessoas com deficiência deverão concorrer em igualdade de condições com os demais candidatos, sendo, conseqüentemente, vedada a adaptação dos exames ou testes**”.

53. De mais a mais, “por se tratar de fase distinta da avaliação médica, realizada com base em critérios diferentes, não há que se falar em contradição. A este respeito, impende registrar que a aptidão de candidatos na avaliação biopsicossocial não vincula a sua aptidão na avaliação médica, tendo em vista que cada fase do certame tem um objetivo diferente, (sendo) realizadas com base em critérios distintos. A este respeito, importa registrar que, nos termos dos editais de abertura, ‘Os exames biométricos e avaliação médica, realizados mediante exame

---

Desembargador Federal José Maria Lucena, TRF5 - Primeira Turma, DJE - Data: 28/11/2013 - Página: 141.)”.

<sup>23</sup> “CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. CONCURSO PÚBLICO. PCDF. DEFICIÊNCIA FÍSICA ALEGADA. PNE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO. AVALIAÇÃO MÉDICA. EXAMES. IMPRESCINDÍVEIS À POSSE. ARTIGO 333, CPC. INCOMPATIBILIDADE COM O CARGO PRETENDIDO. 1. Nos termos do artigo 333 do Código de Processo Civil, cumpre à parte autora fazer prova do fato constitutivo de seu direito. 2. São necessários outros elementos de cognição, hábeis a comprovar o fato constitutivo do direito do autor, ou seja, de que, mesmo com ‘sequelas de hérnia de disco’, pode ser considerado apto ao cargo de agente da Polícia Civil, e que consegue realizar as atividades inerentes ao cargo, descritas no item 2.1 do Edital. 3. **É forçoso observar que, para o deficiente ocupar um cargo público, as atribuições do cargo devem ser compatíveis com a deficiência alegada, nos termos do § 2º, do artigo 5º, da Lei 8.112/90. 4. Conforme os artigos 5º e 14 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a avaliação médica e a realização de exames para o ingresso no concurso público são imprescindíveis, tendo em vista que somente poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, razão pela qual não há que se falar que o candidato será avaliado no estágio probatório.** 5. Apelo conhecido e desprovido. (APC 20140110664177, 5ª T., des. Rel. Silva Lemos, DJe 22/04/2016 – grifou-se)”.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*físico, análise de testes, de laudos e dos exames laboratoriais solicitados, destinar-se-ão à verificação das condições de saúde do candidato para o desempenho do cargo e dos requisitos legais para a matrícula no curso de formação profissional' (subitem 12.3 - AGENTE) e 'Os exames biométricos e avaliação médica, realizados mediante exame físico, análise de testes, de laudos e dos exames laboratoriais solicitados, destinar-se-ão à verificação das condições de saúde do candidato para o desempenho do cargo e dos requisitos legais para a matrícula no curso de formação profissional' (subitem 13.3 – ESCRIVÃO)”.*

54. Precisamente, “a avaliação biopsicossocial, por sua vez, tem o condão de analisar qualificação do candidato como pessoa com deficiência, nos termos do art. 5º da Lei Distrital nº 4.317/2009, do § 1º do art. 2º da Lei Federal nº 13.146/2015, e suas alterações, dos arts. 3º e 4º do Decreto Federal nº 3.298/1999, do § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764/2012 e da Súmula nº 377 do STJ, e a compatibilidade da deficiência com as atribuições do cargo, conforme art. 17 da Portaria PCDF nº 6/2016. Portanto, o fato de o candidato ser considerado pessoa com deficiência, nos termos previstos em lei, não significa que ele está apto na fase de avaliação médica, cujos critérios foram objetiva e minuciosamente previstos no edital de abertura. A este respeito, imperioso trazer à baila ensinamento proferido pelo i. Juízo da Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal<sup>24</sup>, ao analisar caso similar ao destes autos, em que candidato, que foi reconhecido como pessoa com deficiência na avaliação biopsicossocial, foi considerado inapto na avaliação de saúde, por apresentar condição de saúde incapacitante expressamente prevista em edital”.

<sup>24</sup> “Ação Ordinária nº 0712955-30.2022.8.07.0018: (...) **O escopo da avaliação biopsicossocial, portanto, é absolutamente distinto da avaliação médica, que tem por fim verificar as condições de saúde do candidato para o desempenho do cargo e os requisitos legais para a matrícula do curso de formação. Note-se, portanto, que a avaliação biopsicossocial (i) aplica-se apenas aos candidatos autodeclarados portadores de deficiência; e (ii) destina-se a analisar se o candidato pode ser considerado deficiente para o fim de disputar as vagas reservadas a essa categoria. Já a avaliação médica (i) é aplicada a todos os candidatos que alcançaram essa etapa; e (ii) tem por objeto analisar se o candidato tem capacidade para o exercício do cargo. Em se tratando de avaliações distintas, com finalidades próprias, não há como se reconhecer qualquer comportamento contraditório da banca examinadora pelo fato de ter reconhecido o autor como portador de deficiência e, a seguir, considerá-lo inapto para o cargo. Nesse aspecto, o fato de o autor ser considerado portador de visão monocular, por si só, não lhe confere o direito de ingresso no cargo, se há previsão no edital com estipulação de capacidade visual mínima, a qual não foi alcançada pelo candidato. A visão monocular qualifica o concorrente a disputar as vagas reservadas aos deficientes, mas não lhe confere o direito de ingresso no cargo. O fato de a aprovação do autor na avaliação biopsicossocial com menção de que sua deficiência seria compatível com o cargo não vincula a banca a considerá-lo apto na avaliação médica, porquanto, como já pontuado, as avaliações têm escopos diversos. Vale dizer, na avaliação biopsicossocial é feita uma análise preliminar da condição do candidato, para o fim específico de avaliar se pode concorrer às vagas reservadas a deficientes, sem prejuízo de que venha a ser reconhecido como incapacitado com o cargo na fase de avaliação médica, que envolve análise mais detalhada e com outro viés. Assim, a inaptidão do Agravado na avaliação médica é perfeitamente legal e se coaduna com as disposições editalícias que foram expressa e previamente estabelecidas. (...) **A resposta da banca evidencia apenas a distinção entre os critérios da avaliação biopsicossocial e da avaliação médica, visto que são etapas distintas do concurso e com objetivos diversos. Além disso, cabe também ressaltar que os critérios médicos para definição do candidato como portador de visão monocular (e, portanto, portador de deficiência) diferem daqueles estabelecidos no edital como indicativos de incapacidade para exercício do cargo. Aliás, o edital sequer detalha os requisitos para reconhecimento do candidato como portador de deficiência, pois tal regulamentação é feita mediante lei. Já as condições incapacitantes para o cargo são listadas minuciosamente no edital. (...) (Grifou-se)”.****



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

55. Em conformidade com o Recorrente, *“resta comprovado, portanto, que as regras previamente estabelecidas no edital que regem os certames, em especial no que diz respeito à avaliação médica e avaliação biopsicossocial, foram pautadas nas necessidades inerentes aos cargos disponibilizados, na legislação vigente, como no atual posicionamento adotado pela Suprema Corte”*.

56. Dessarte, *“tendo em vista a ausência dos requisitos ensejadores do deferimento de medida cautelar, em especial, a probabilidade do direito, requer-se, seja conferido efeito suspensivo ao presente recurso, suspendendo-se os efeitos da decisão que determinou a reintegração dos candidatos com deficiência, que foram eliminados na avaliação médica, até o julgamento de mérito da demanda”*.

57. No mérito, requer-se o provimento do recurso *“para reformar a r. decisão recorrida, uma vez que a pretensão do MPCDF, como restou comprovado, fere a legislação vigente, as regras estabelecidas em edital, os princípios da vinculação ao edital, da isonomia, da primazia do interesse público, e o entendimento exarado pelo C. STF no julgamento do RE nº 676.335/MG”*.

58. Em acréscimo, pede-se *“que todas as publicações e intimações sejam realizadas exclusivamente no nome da advogada **Maria Luiza Salles Borges Gomes**, inscrita na OAB/DF sob o nº 13.147, sob pena de nulidade”*.

5. Em sua análise de mérito, o Núcleo de Recursos examinou o mérito do recurso e pugnou pelo seu não provimento. Teceu as seguintes considerações a respeito:

**Análise**

59. O Recurso Inominado sob análise, conhecido, sem efeito suspensivo, pela Decisão nº 490/2023 (Peça 71), pretende a revisão do inciso III da Decisão nº 5184/2022 (Peça 53), por meio do qual foi deferida *“medida cautelar para determinar à PCDF e ao Cebraspe que, nas seleções em curso para os cargos de Agente e de Escrivão de Polícia, procedam, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, à reintegração de todos os candidatos habilitados a concorrer nas vagas reservadas para pessoas com deficiência na avaliação biopsicossocial que houverem sido desclassificados na avaliação médica, para que participem das etapas seguintes do concurso, até o exame de mérito da representação em exame”*.

60. Em regra, a revisão de medida cautelar decorre da constatação de que os requisitos ensejadores do seu deferimento, previstos no *caput* do artigo 277 do RI/TCDF – caso de urgência, de fundado receio de grave lesão ao erário, ao interesse público, ou de risco de ineficácia da decisão de mérito – não se encontram presentes, de modo a derrogar a providência de natureza preventiva.

61. Por esse ângulo, os fundamentos delineados no Voto – GCMA (Peça 52), que lastreou a Decisão nº 5184/2022, de 07/12/2022 (Peça 53), dão conta de *“que a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF não atendeu às providências determinadas na Decisão nº 4146/2022 (Peça 19)”*, cabendo *“deferir medida cautelar para resguardar a participação de candidatos nas etapas dos concursos em questão, enquadrados na situação noticiada na presente representação, até a deliberação de mérito deste Tribunal acerca do teor dessa representação”*.

62. Em momento anterior, o Voto - GCMA (Peça 18), que fundamentou a Decisão nº 4146/2022 (Peça 19), já ponderava que, *“quanto à medida cautelar solicitada pelo representante do Parquet, (entende-se) que cabe ser deferida (...), uma vez que restaram preenchidos os requisitos da fumaça do bom direito, consistente em afronta aos citados princípios da Administração Pública, e do perigo da demora, esse em face da possibilidade de a PCDF e o Cebraspe não conseguirem encaixar*





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*os candidatos nas fases e etapas do concurso que acabaram perdendo, no caso de este Tribunal entender que a representação tem procedência, considerando que os concursos em questão estão perto de finalizar”.*

63. Demais, segundo o Voto - GCMA (Peça 18), “faz-se oportuna, e necessária, a concessão da cautelar, em face do primeiro ponto central abordado na representação (candidatos habilitados a concorrer nas vagas reservadas para pessoas com deficiência na avaliação biopsicossocial foram desclassificados na avaliação médica por conta exatamente da deficiência física que lhes permitiu concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência). Já o segundo ponto nuclear constante da exordial, concernente à suposta ilegalidade, prevista nos editais, segundo a qual não haverá adaptação dos testes físicos para os candidatos com deficiência, agora sob o olhar do que disse o ilustre revisor, não justifica, realmente, a adoção da medida acautelatória, pelo não atendimento do pressuposto da ‘fumaça do bom direito’, em decorrência do que Sua excelência apontou, no sentido de que a tal previsão contida nos editais parece encontrar guarida no entendimento do STF, em caso de concursos públicos para cargos policiais (RE nº 676335), ainda que indispensável a discussão da respectiva matéria quando da análise de mérito da representação”.

64. De todo o modo, “voltando aos motivos para o deferimento da cautelar, (tem-se) que a avaliação médica realizada por junta médica, com emissão de parecer conclusivo, não se revela o suficiente para a não concessão da medida acautelatória. Não é porque (concorda-se) ou não com o teor do parecer emitido da junta médica, até porque, realmente, o Tribunal não pode adentrar nessa seara, mas pelo fato de que foi prevista uma etapa nos concursos em tela (item 5 dos editais), de avaliação biopsicossocial dos candidatos, de responsabilidade de uma comissão de pessoas, sendo uma obrigatoriamente médica, com o objetivo não só de qualificar o candidato como pessoa com deficiência ou não, com consequente possibilidade de disputa das vagas na categoria de pessoa com deficiência, mas também de dizer se a deficiência dele é compatível com as atribuições do cargo. Ressalte-se que, nessa etapa de avaliação biopsicossocial, frise-se, prevista nos editais, candidatos que foram habilitados a concorrer nas vagas reservadas para pessoas com deficiência, com consequente compreensão de que suas deficiências tinham compatibilidade com as atribuições dos cargos disputados, foram desclassificados na avaliação médica realizada pela referida junta médica por conta exatamente das deficiências físicas que lhes permitiram concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência” (Voto – GCMA; Peça 18).

65. Para mais, “relembre-se que foi a aparente contradição retratada, entre a avaliação biopsicossocial e a avaliação médica, ofendendo, em tese, basicamente, ao princípio da razoabilidade e ao princípio de obediência aos termos de edital, esse último pela falta de harmonização entre o resultado de uma avaliação e da outra, que fundamentou o encaminhamento (constante do) voto inicial de peça 14, pelo conhecimento da representação, que, inclusive, contou com a anuência do insigne autor do voto de vista. Portanto, são essas questões apontadas que sinalizam (...) que restou preenchido o requisito da fumaça do bom direito, na averiguação da concessão da cautelar” (Voto – GCMA; Peça 18).

66. Depois, “o outro pressuposto para o deferimento da medida cautelar, referente ao perigo da demora, também ficou caracterizado, (...) ‘em face da possibilidade de a PCDF e o Cebraspe não conseguirem encaixar os candidatos nas fases e etapas do concurso que acabaram perdendo, no caso de este Tribunal entender



MPCDF

Proc.:  
9569/22-86

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*que a representação tem procedência, considerando que os concursos em questão estão perto de finalizar”* (Voto – GCMA; Peça 18).

67. Em consequência, *“cabe o deferimento da cautelar para determinar à PCDF e ao Cebraspe que, nas seleções em curso para os cargos de Agente e de Escrivão de Polícia, procedam à reintegração dos candidatos habilitados a concorrer nas vagas reservadas para pessoas com deficiência na avaliação biopsicossocial que houverem sido desclassificados na avaliação médica com base nas mesmas condições físicas que lhes permitiram concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência, para que participem das etapas seguintes do concurso, até o exame de mérito desta representação, não mais sendo o caso de determinar, em sede de medida cautelar, que os citados órgão e entidade assegurem a adaptação razoável dos testes físicos às circunstâncias de cada deficiência dos candidatos convocados para essa etapa. Pois bem, nada obstante todo o exame realizado, fundamentando o deferimento da cautelar, (adotar-se-á) o entendimento do nobre revisor, para avaliação da medida cautelar requerida após a apresentação dos esclarecimentos pela PCDF e o Cebraspe”* (Voto – GCMA; Peça 18; destaques do original).

68. Em assim sendo, ao ver desta unidade técnica, observada toda a motivação que ensejou o deferimento da cautelar ora guerreada, acredita-se que a pretensão recursal não merece guarida.

69. Primeiro, porque toda a argumentação do Recorrente atrela-se ao próprio mérito da Representação nº 07/2022-G3P (Peça 9), pendente de deliberação plenária.

70. Inobstante a potencial plausibilidade jurídica dos argumentos do Recorrente, a discussão acerca da possibilidade, ou não, de adaptação dos testes físicos para os candidatos com deficiência, à luz do decidido no Recurso Extraordinário nº 676.335/STF, conforme cogitado no Voto de Vista – GCIM (Peça 16), dar-se-á por oportunidade da análise de mérito da Representação nº 07/2022-G3P (Peça 9).

71. Segundo, porque a aparente incompatibilidade apontada pelo Parquet especializado, relacionada à eliminação de candidatos *“da seleção pública na etapa de avaliação médica justamente com base na condição física que lhes permitira concorrer às vagas reservadas a PcD”*, tema central da Representação nº 07/2022- G3P (Peça 9), carece do detido exame, após a apresentação dos esclarecimentos demandados à PCDF, por meio das Decisões nºs 4146/2022 (Peça 19) e 5184/2022 (Peça 53).

72. Note-se, também, a propósito, que o específico pedido de sustentação oral formulado pela OAB/DF (Peça 51), *“será analisado em momento oportuno, considerando que o processo em apreço ainda se encontra em fase de determinação de diligência”* (Decisão nº 5184/2022, item V; Peça 53).

73. Terceiro, porque, na hipótese de revogação da cautelar, incrementa-se o risco de os candidatos eventualmente preteridos não conseguirem participar do certame, já em fase final, ainda que a Corte tenha por procedente a Representação nº 07/2022-G3P (Peça 9).

74. Deste modo, constatada a permanência dos pressupostos que ensejaram o deferimento da cautelar constante do item III da Decisão nº 5184/2022 (Peça 53), não se vislumbram, nesta etapa processual, razões suficientes para a derrogação da providência de natureza preventiva.



MPCDF

Proc.:  
9569/22-86

**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

6. Ato contínuo, a Instrução assim concluiu:

**Conclusão**

75. Em resumo, subsistindo hígida a motivação da cautelar deferida por meio do item III da Decisão nº 5184/2022 (Peça 53), conclui-se, no mérito, pelo desprovimento do Recurso Inominado em tela (Peças 62/67).

76. Da decisão que vier a ser adotada devem ser cientificados o Recorrente, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe, “*exclusivamente no nome da advogada **Maria Luiza Salles Borges Gomes**, inscrita na OAB/DF sob o nº 13.147, sob pena de nulidade*”, tal como pleiteado, bem assim a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e o Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCD.

7. Finalizando, a par das ponderações anteriores, sugeriu ao e. Tribunal:

*I. tomar conhecimento da Informação nº 054/2023 – NUREC;*

*II. no mérito, negar provimento ao Recurso Inominado (Peças 62/67) interposto em face do item III da Decisão nº 5184/2022 (Peça 53);*

*III. autorizar o:*

*a) conhecimento do teor da decisão que vier a ser proferida ao Recorrente, Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos – Cebraspe, exclusivamente no nome da advogada **Maria Luiza Salles Borges Gomes**, inscrita na OAB/DF sob o nº 13.147, bem assim à Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF e ao Ministério Público que atua junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – MPJTCD;*

*b) envio ao Núcleo de Recursos de cópia dessa decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros;*

*c) retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefipe, para as providências de sua alçada.”*

8. **Ab initio**, verifica-se que, nesta fase processual, a **quaestio** principal reside na análise do mérito do Recurso Inominado, sem efeito suspensivo, interposto pelo Cebraspe e conhecido pela Corte de Contas, por meio da Decisão nº 490/2023, em face do item III da Decisão nº 5.184/2022.

9. Sob esse aspecto, não é despidendo repisar que a presente Representação nº 7/2022 – G3P (Peça 9), objetiva a análise de “*possíveis irregularidades na **condução do processo seletivo** para provimento de cargos de Agente e Escrivão de Polícia da Carreira de Polícia Civil do Distrito Federal - PCDF, promovido pelo Centro Brasileiro de Pesquisa em Avaliação e Seleção e de Promoção de Eventos - Cebraspe*”.

10. Dessa forma, pelo que se depreende, o inconformismo suscitado no Pedido de Reexame em voga, consoante pleito final (Peça 64), objetiva “**reformular a r. decisão recorrida**, uma vez que a pretensão do MPCDF, como restou comprovado, fere a legislação vigente, as regras estabelecidas em edital, os princípios da vinculação ao edital, da isonomia, da primazia do interesse público, e o entendimento exarado pelo C. STF no julgamento do RE nº 676.335/MG”.

11. A motivação da determinação plenária objurgada encontra-se explicitada no Voto do i. Conselheiro-Relator (Peça nº 52), condutor da Decisão nº 5.184/2022 (Peça nº



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

53), com o entendimento que “a Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF **não atendeu às providências determinadas na Decisão nº 4146/2022 (Peça 19)**”, resultando em “deferir medida cautelar para resguardar a participação de candidatos nas etapas dos concursos em questão, enquadrados na situação noticiada na presente representação, até a deliberação de **mérito** deste Tribunal acerca do teor **dessa representação**”.

12. É certo que, em momento anterior, o Voto do i. Conselheiro-Relator (Peça nº 18), que fundamentou a Decisão nº 4.146/2022, evidenciou duas questões principais que motivaram a citada determinação e caracterizaram presente a fumaça do bom direito. A **priori**, a contradição apresentada entre os resultados da avaliação biopsicossocial e da avaliação médica, ofendendo, em tese, os princípios da razoabilidade e da obediência aos termos do edital; momento posterior, corroborando a concessão da medida cautelar, a possibilidade de a PCDF e o Cebraspe não conseguirem encaixar nas fases e etapas subsequentes dos concursos os candidatos aprovados na avaliação biopsicossocial e eliminados na avaliação médica, considerando a atual situação em que os concursos, à época, incorriam.

13. Entretanto, importante ressaltar que a suposta ilegalidade, prevista nos editais, quanto a falta de adaptação dos testes físicos para os candidatos com deficiência, não foi acatada por esta e. Corte, por apresentar respaldo no entendimento do STF, em casos de concursos públicos para cargos policiais (RE nº 676.335/MG<sup>25</sup>), ainda que a discussão da respectiva matéria seja imprescindível quando da análise de mérito da presente representação.

14. Ademais, no julgamento do Recurso Extraordinário 676.335/MG, o STF decidiu pela obrigatoriedade da reserva de vagas e pela não adaptação das provas. Quanto a este último, destaco, a seguir, o entendimento da Suprema Corte:

“(…)

*9. Esclareço, ainda, como consta do requerimento da União, que o concurso público tem como requisito fundamental a igualdade de condições entre os participantes, pelo que **não seria admissível que se garantissem condições diferenciadas aos concorrentes**, sob pena de se desobedecer ao princípio constitucional da isonomia. A demonstração da igual condição do concorrente, em termos de desempenho e possibilidade de cumprir as funções do cargo disputado, é próprio do concurso público, não se distinguindo pela peculiar condição de um ou outro candidato. (...) (STF, RE 676.335).” (Grifo Nosso)*

15. Sobre os fatos que culminaram no deferimento da cautelar, de forma sucinta, porquanto já largamente abarcados nas manifestações constantes dos presentes autos, insta relembrar – na medida em que essencial a esclarecer o entendimento deste **Parquet** especial – parte do Voto do i. Conselheiro-Relator (Voto – GCMA, Peça nº 18):

“(…)

*Voltando aos motivos para o deferimento da cautelar, tenho que a avaliação médica realizada por junta médica, com emissão de parecer conclusivo, não se revela o suficiente para a não concessão da medida acautelatória.*

<sup>25</sup> (STF - RE: 676335 MG, Relator: Min. CÁRMEN LÚCIA, Data de Julgamento: 26/02/2013, Data de Publicação: DJe-058 DIVULG 26/03/2013 PUBLIC 01/04/2013)





**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

*Não é porque concordo ou não com o teor do parecer emitido da junta médica, até porque, realmente, o Tribunal não pode adentrar nessa seara, mas pelo fato de que foi prevista uma etapa nos concursos em tela (item 5 dos editais), de avaliação biopsicossial dos candidatos, de responsabilidade de uma comissão de pessoas, sendo uma obrigatoriamente médica, com o objetivo não só de qualificar o candidato como pessoa com deficiência ou não, com consequente possibilidade de disputa das vagas na categoria de pessoa com deficiência, mas também de dizer se a deficiência dele é compatível com as atribuições do cargo.*

*Ressalte-se que, nessa etapa de avaliação biopsicossial, frise-se, prevista nos editais, candidatos que foram habilitados a concorrer nas vagas reservadas para pessoas com deficiência, com consequente compreensão de que suas deficiências tinham compatibilidade com as atribuições dos cargos disputados, foram desclassificados na avaliação médica realizada pela referida junta médica por conta exatamente das deficiências físicas que lhes permitiram concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência.* (...)” (Grifo Nosso)

16. Nesse espeque, considerando a motivação que resultou na concessão da medida cautelar, no entender Ministerial, em consonância com a Instrução, toda a argumentação apresentada pelo Cebraspe é inerente ao mérito da Representação nº 7/2022-G3P (Peça 9).

17. Corroborando nesse sentido, o fato de que a **aparente discrepância** relacionada à **eliminação dos candidatos com deficiência na etapa de avaliação médica**, tendo em vista a condição física que lhes possibilitaram concorrer às vagas reservadas a PcD, tema central da presente representação, aguarda análise por este e. Tribunal, após a apresentação dos esclarecimentos solicitados à PCDF, nos termos das Decisões nºs 4.146/2022 (Peça 19) e 5.184/2022 (Peça 53).

18. Aos olhos do **Parquet**, apesar de razoáveis os argumentos jurídicos apresentados pelo Recorrente no tocante à adaptação dos testes físicos para os candidatos com deficiência, considerando, em especial, o RE nº 676.335/MG-STF, a discussão do citado tema será realizada, também, na análise de mérito da Representação nº 7/2022-G3P.

19. Além disso, conforme realçado pelo Corpo Técnico na Informação nº 54/2023 – NUREC (Peça 76), os desdobramentos advindos da revogação da medida cautelar poderão ensejar, inclusive, “**o risco de os candidatos eventualmente preteridos não conseguirem participar do certame, já em fase final**, ainda que a Corte tenha por procedente a Representação nº 07/2022-G3P (Peça 9).”

20. A propósito, merece registro o pedido de sustentação oral formulado pela OAB/DF (Peça 51), que nos termos do item V da Decisão nº 5.184/2023, “*será analisado em momento oportuno, considerando que o processo em apreço ainda se encontra em fase de determinação de diligência*”.

21. Por fim, no tocante a solicitação do Recorrente para que sua cientificação seja realizada “*exclusivamente no nome da advogada Maria Luiza Salles Borges Gomes, inscrita na OAB/DF sob o nº 13.147*” este MPCDF não apresenta objeção.

23. Ante o exposto, o **Parquet** converge com as conclusões apresentadas pelo NUREC, propondo ao Plenário o **acolhimento** das sugestões contidas na Informação nº



**MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
**PRIMEIRA PROCURADORIA**

54/2023 – NUREC (Peça 76), no sentido de desprover o Recurso Inominado (Peças 62/67),  
interposto em face do item III da Decisão nº 5.184/2022.

É o parecer.

Brasília, 16 de maio de 2023.

**Demóstenes Tres Albuquerque**  
Procurador